

# **ANÁLISE DA DISCLOSURE NOS PORTAIS ELETRÔNICOS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE BRASILEIROS**

**ALCIDO MANUEL JUANIHA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)  
ajuaniha@gmail.com

**LIRIANE FERNANDA LEITE**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)  
liriane@outlook.com

**BLÊNIO CEZAR SEVERO PEIXE**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)  
blenio@ufpr.br

## **Introdução**

A transformação da sociedade é um processo contínuo acompanha o uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC's). As Instituições de Ensino Superior (IES), são operacionalizadoras por políticas públicas para a educação e dispõem de recursos para garantir a transparência, interatividade e accountability democrática. Esta ação pode constituir uma maneira de tornar públicas as informações para a sociedade em geral, numa perspectiva de governança digital democrática.

## **Problema de Pesquisa e Objetivo**

Qual a natureza e o nível de disclosure de informações veiculadas nos portais eletrônicos dos Programas de Pós-Graduação em Contabilidade brasileiros? O objetivo consiste em investigar a utilização da internet para a divulgação de informações, transparência e a promoção da accountability e disclosure democrática nos PPGCont, como forma de identificar o padrão e a natureza das informações veiculadas nos portais eletrônicos, com vista a garantir o acesso a informação da sociedade em geral.

## **Fundamentação Teórica**

A era da informação permite que o cidadão possa participar de forma efetiva na gestão das IES por meios eletrônicos (Akutsu & Pinho, 2002). Para Sampaio (2009), o governo eletrônico consiste na aplicação das TIC's às funções das IES na diminuição de custos, redução da redundância, maior transparência e accountability e, no aprimoramento de serviços para o cidadão com melhores condições de acesso à informação aos serviços, para acompanhar e monitorar suas atividades (Bertot, Jaeger, & Grime).

## **Metodologia**

A pesquisa segue a abordagem qualitativa de natureza descritiva dos conteúdos de informação veiculados, em 22 web sites dos programas de pós-graduação selecionados por meio dos cursos recomendados pela CAPES. Considerou-se 15 quesitos que representam as informações veiculadas e a análise foi dividida em 3 fases. A análise de conteúdo foi aplicada para compreender a convergência e a harmonização da divulgação dos portais eletrônicos dos PPGCont. Utilizou-se como instrumento o software IRAMUTEQ.

## **Análise dos Resultados**

Há falhas na universalização e acesso as informações por meio da utilização das TIC's. As três fases discutidas na análise foram: 1) dados gerais das instituições do ensino; 2) informações de pesquisa e extensão e; 3) dados administrativos. Os resultados revelam pouca conformidade dos itens mínimos necessários de divulgação. Todos os PPGCont analisados possuem um espaço de divulgação. No entanto, salienta-se que, há falta de facilidade de acesso as informações.

## **Conclusão**

Necessitam-se de informações tempestivas sobre os PPGCont, as quais inviabilizam a rápida disseminação de informações, aumentam os custos e o dispêndio de tempo para que o usuário consiga acompanhar e monitorar por meio das TIC's, viabilizando a governança democrática eletrônica de forma transparente. Se salienta que a pouca divulgação diminui a transparência das informações para prestação de contas para com os stakeholders.

## **Referências Bibliográficas**

- Akutsu, L., & Pinho, J. A. G. de. (2002). Sociedade da informação, accountability e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 36(5), 723–745.
- Bertot, J. C., Jaeger, P. T., & Grimes, J. M. (2010). Using ICTs to create a culture of transparency: E-government and social media as openness and anti-corruption tools for societies. *Government Information Quarterly*, 27(3), 264–271.

# ANÁLISE DA *DISCLOSURE* NOS PORTAIS ELETRÔNICOS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE BRASILEIROS

## 1 Introdução

A transformação da sociedade é um processo contínuo e sistemático no qual as organizações sociais dela constituintes devem acompanhar para que possam responder as exigências contingenciais impostas, cada vez mais complexas e desafiadoras. Uma dessas imposições é necessariamente o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC's). Nesse sentido, o Governo enquanto guardião da sociedade e em particular as Instituições de Ensino Superior (IES) como organizações cuja incumbência consiste em prover a sociedade cidadãos que possam servir aos interesses sociais em diferentes dimensões são profundamente afetados pelo desenvolvimento das TIC's.

De acordo com Lima-Filho, Simões, Silva, e Chagas (2011) o novo cenário mundial fomenta o uso de novas tecnologias de informação por diversos atores da sociedade, como por exemplo, o governo, as empresas e os cidadãos. Conseqüentemente, o setor público, o setor privado e a sociedade em geral são obrigadas a reajustar o seu mecanismo de funcionamento e de articulação em função desta dinâmica, pois as TIC's constituem uma das ferramentas importantes na coexistência social, no que diz respeito a comunicação no contexto digital, sendo este processo, protagonizado principalmente por meio do progressivo e crescente uso de recursos eletrônicos como o computador e a *internet*.

Dessa forma, as IES, públicas ou privadas, enquanto entidades operacionalizadoras das políticas públicas e governamentais para a educação, dispõem de recursos digitais para garantir a transparência, interatividade, e abertura na promoção da *accountability* democrática, bem como a boa governança. Nesse sentido, Bonsón, Torres, Royo, e Flores (2012), argumentam que as organizações públicas, incluindo as IES em todo o mundo, estão sob pressão para mudar e inovar as formas burocráticas relativas a interação com o cidadão, Raupp e Pinho (2013) esclarecem que um dos mecanismos utilizados para operacionalização da governança digital, é necessariamente a implementação dos portais eletrônicos, os quais dependendo dos objetivos e da forma como são desenhados, podem contribuir para o desenvolvimento da *accountability*. De tal modo, os gestores das IES, poderão se beneficiar de um canal eficaz e eficiente para promover os seus serviços, aumentando a transparência e garantir um alto grau de confiança dos seus destinatários (*stakeholders*) ou usuários (Louis & Ohemeng, 2014).

Várias pesquisas relativas ao uso das TIC's, em particular a *internet* como instrumento da governança eletrônica ao nível Federal (Medeiros & Guimarães, 2004; Ruediger, 2003) Estadual (Pinho, 2008; Ruediger, 2002) ou Municipal (Raupp & Pinho, 2013; Sampaio, 2009) tem foco na melhoria e incentivo da participação da sociedade nas políticas públicas para que esta possa efetivamente, acompanhar a sua implementação, com vista ao desenvolvimento da cidadania, da democracia digital, da *accountability* democrática e na promoção da boa governança na perspectiva da teoria principal-agente têm sido efetivadas. Com relação as IES, e as TIC's, destacam-se pesquisas sobre o impacto da produção científica dos doutores em contabilidade (Slomski, 2007) formação do professor em ciências contábeis (Andere & Araujo, 2008) ranking da Pós-Graduação em Contabilidade (Soares, Richartz, & Murcia, 2015). Todavia, estudos que se concentraram na governança das instituições de ensino superior (Mano & Marques, 2012) com particular destaque a utilização das TIC's com foco na *internet* são escassos.

## 2 Problema de Pesquisa e Objetivo

As IES são uma importante artéria da sociedade e prestadoras de serviços públicos de educação e que a sua governança com base na *Internet* pode permitir aos cidadãos a obtenção de informações acerca do seu funcionamento, a interagir com a organização, a questionar e a obter respostas e justificativas das atividades desenvolvidas, constituindo assim uma forma das IES proverem os seus serviços e prestar contas à sociedade em ambiente democrático (Meijer, 2007). Diante do exposto, este artigo tem como objeto de estudo os portais eletrônicos dos Programas de Pós Graduação em Contabilidade brasileiros, sendo o método de pesquisa qualitativo, com o auxílio de *software* de leitura textual ou análise de conteúdo, IRAMUTEQ 0.7 *alpha* 2.

A questão de pesquisa pode ser enunciada da seguinte forma: qual a natureza e o nível de *disclosure* de informações veiculadas nos portais eletrônicos dos Programas de Pós-Graduação em Contabilidade (PPGCont) brasileiros?

O objetivo consiste em investigar a utilização da *internet* para a divulgação de informações, transparência e a promoção da *accountability* e, *disclosure* democrática nos PPGCont brasileiros, como forma de identificar o padrão e a natureza das informações veiculadas nos portais eletrônicos, com vista a garantir o acesso a informação da sociedade em geral.

A justificativa deste estudo prende-se com a necessidade de discussão e debate sobre o as informações mínimas que devem ser publicadas (*disclosure*) nos portais eletrônicos das instituições de ensino superior brasileiras, no caso vertente, dos PPGCont, portanto, esta ação pode constituir uma maneira de tornar públicas as informações para os estudantes, empregadores e a sociedade em geral de forma transparente numa perspectiva de governança digital democrática e de *accountability* por meio da difusão nos seus *web sites*.

Para tanto, a estrutura desse trabalho, além desta introdução, problema de pesquisa e objetivo geral, está composta de mais quatro seções: na seção seguinte consta o referencial teórico, onde são apresentadas as informações que compreendem o uso da Tecnologia da informação (TI), da governança corporativa e o *disclosure* nos Portais Eletrônicos; a metodologia, que detalha os procedimentos adotados para a pesquisa; a análise e discussão dos resultados e, por fim, a conclusão, contendo contribuições deste estudo e sugestões para futuras pesquisas.

## 3 Referencial Teórico

### 3.1 Tecnologias de Informação e Comunicação e Governança Eletrônica nas Instituições de Ensino Superior

A utilização governamental das TIC's, também designada governo eletrônico, por estar associada a movimentos de reformas do Estado e à expansão de serviços públicos ao cidadão pela *Internet* (Cunha, Frega, & Lemos, 2011) pode ser classificada em três estágios, o primeiro relacionado a utilização comercial das informações, o segundo, a automação dos serviços públicos e o terceiro, a utilização do principal objeto tecnológico da sociedade de informação, a rede de *Internet*, para promover a democracia eletrônica (Akutsu & Pinho, 2002). É fundamentalmente, neste terceiro estágio que esta subsecção se focaliza, o que se pretende, é articular a utilização da *internet* como ferramenta de facilitação na governança eletrônica das IES.

O crescente uso das TIC's provocou transformações no cenário mundial no que concerne ao *modus operandi* por um lado do Setor Público e de outro, o Privado, tais mudanças perpetradas fundamentalmente pela utilização massiva da *Internet*, por parte das empresas, governos e cidadãos, consagrou-se como oportunidade para que as empresas assim

como o governo pudessem repensar na sua atuação com a sociedade e criar novos serviços com melhor qualidade e menor custo. A nova era da informação permite que o cidadão possa participar de forma mais efetiva na gestão governamental por meios eletrônicos (Akutsu & Pinho, 2002). Para Sampaio (2009, p. 126), o governo eletrônico consiste na aplicação das TIC's às funções do governo, que podem visar a diferentes setores, cuja importância consiste na diminuição de custos, redução da redundância, maior transparência e *accountability* e, no aprimoramento de serviços para o cidadão com melhores condições de acesso à informação e serviços governamentais.

Na perspectiva do Setor Público, as TIC's, oferecem aos governos de distintos países novas abordagens para aumentar a transparência e combater comportamentos favoráveis à corrupção, promover a boa governança, melhoraria do relacionamento entre o governo e o cidadão, de forma que este possa em última instância, acompanhar, monitorar e controlar o comportamento dos governantes (Bertot, Jaeger, & Grimes, 2010). Contudo, nesta acepção, o bom governo eletrônico não constitui um fim em si, entende-se, então que é um experimento em construção em um processo constante de desenvolvimento.

A articulação das TIC's e as funções do governo no que concerne ao seu mecanismo de comunicação com a sociedade facilita a *accountability* democrática. Para traçar o *gap* entre TIC's, governança eletrônica, *accountability* e IES, deve-se entender estas últimas, como parte das organizações que providenciam a sociedade serviços públicos, qualquer que seja a sua natureza, Pública, Privada ou Fundacional, estas instituições perseguem o mesmo fim - fornecimento de educação a sociedade, ou seja, o cliente das IES são, efetivamente os cidadãos que devem estar continuamente informados. Entende-se que tais organizações são fundamentais para a operacionalização das políticas públicas de ensino, extensão e pesquisa materializadas em programas governamentais, o seu funcionamento e relação com a sociedade é análogo a qualquer organização pública do ponto de vista de finalidade.

A governança eletrônica nas IES, pode ser vista como um canal positivo para o incentivo à cultura da transparência e melhoria do processo de gestão e *accountability*, numa perspectiva em que, quanto mais informações estas organizações providenciarem ao público esperar-se-á que a sua transparência na governança aumente, tornando os seus gestores responsáveis pelas necessidades e demandas individuais dos cidadãos e garantir a legitimação da sociedade sobre a imagem das IES (Bertot et al., 2010; Diniz, Barbosa, Junqueira, & Prado, 2009; Wong & Welch, 2004).

As IES poderão disponibilizar o conjunto de atividades que realizam bem como suas normas de funcionamento por meio de instrumentos eletrônicos como a *Internet* para que o cidadão tenha acesso a essa informação em qualquer lugar e qualquer momento. Porém, a implementação da boa governança eletrônica nas IES, desafia a instituições a investirem na sua capacidade de inovação, coleta, tratamento e processamento de dados. E na aquisição de novos *hardwares* e *softwares* com alta capacidade de armazenamento e processamento de dados, infraestrutura, confiança social, na utilização dessas informações para o processo de tomada de decisão e resolução de problemas e, fundamentalmente na existência de computadores e acesso à *internet* para vários segmentos da sociedade em geral, dentre seus principais usuários, os estudantes e outros *stakeholders* (Bertot et al., 2010; Cunha et al., 2011; Wong & Welch, 2004).

De entre os usuários das informações providenciadas por meio de plataformas de governança eletrônica das IES, pode-se encontrar por um lado, cidadãos com condições de acessibilidade à *Internet* e por outro, os que não tem as mesmas condições, aqueles que possuem condições, poderiam beneficiar as práticas de *accountability* perpetradas pela instituição, enquanto os que não possuem essas condições, receberiam menos atenção dos gestores das IES. Os cidadãos sem condições e meios físicos de acesso a TIC's, são confrontados pelo fenômeno chamado exclusão digital (Lima-Filho et al., 2011) ou “*digital*

*divide*” (Meijer, 2007; Unerman & Bennett, 2004) na terminologia anglo-saxônica. De acordo com a acepção de Bertot et al., (2010), exclusão digital pode ser entendida como o *gap* entre aqueles que têm acesso às tecnologias e os que não têm acesso. Por detrás da divisão digital, encontram-se as questões como, alfabetização tecnológica – habilidade para entender as tecnologias; usabilidade – *design* da tecnologia para instigar a intuição do usuário; acessibilidade – adaptabilidade do sistema em diferentes plataformas eletrônicas (telefones celulares, *Ipads*, entre outros) e funcionalidade – *design* da tecnologia para incluir as características e desejos dos usuários (Bertot et al., 2010; Louis & Ohemeng, 2014).

Na presença da exclusão digital, a legitimidade das IES pode ser colocada em causa quando apenas cidadãos selecionados usam a informação da *internet* para acompanhar as atividades e exigir contas aos prestadores do serviço público (Meijer, 2007) e este, de fato, constitui um problema que tem preocupado as organizações públicas, contudo, a tentativa de reduzir o fenômeno da divisão digital é eminentemente política e econômica e, cabe necessariamente as políticas públicas de acesso a informação contornar o efeitos nefastos do problema (Louis & Ohemeng, 2014). Um papel fundamental pode ser desempenhado por forças de grupos de interesse sociais, como a sociedade civil, para encorajar o governo a desenhar agendas de políticas públicas destinadas ao combate da exclusão digital (Luyt, 2006). Nesse contexto, as IES como produto de políticas públicas para educação poderão, naturalmente beneficiar dos esforços do governo no combate à exclusão digital e promover dessa forma, suas práticas de *accountability* digital com foco na democracia participativa da sociedade.

### **3.2 *Accountability* e Divulgação de Informações nas Instituições de Ensino Superior**

*Accountability* é um termo de origem anglo-saxônica, o seu significado etimológico é amplamente discutido, contudo, esforços têm sido concebidos por pesquisadores para se chegar a sua essência de aplicação no contexto das relações organizacionais e sociais da atualidade (Dubnick & Justice, 2004; Dubnick, 2002; Romzek & Dubnick, 1987) a sua tradução na língua portuguesa permanece uma questão discutível (Pinho & Sacramento, 2009), em sentido amplo, o termo refere-se simplesmente a dar e exigir razões de conduta (Roberts & Scapens, 1985). O quadro conceptual de *accountability* pode ser compreendida em seis dimensões distintas, designadamente, (1) cultural – visão do mundo; (2) institucional – regras e normas; (3) transaccional – prestação de contas e gestão de imagem; (4) organizacional – técnicas e tecnologias (divulgação, auditoria, fiscalização); (5) ambiente de tarefas – gestão de expectativas; (6) Psicossocial – o papel da identidade (Dubnick & Justice, 2004).

Como se percebe, o conceito do termo é multifacetado e pode ser aplicado em diferentes contextos. Considerando especificamente estas seis dimensões apresentadas por Dubnick e Justice (2004), pode-se enquadrar a natureza das IES, por exemplo, em três grandezas estratégicas, a sua missão, visão, valores e objetivos organizacionais. Na dimensão cultural, as instituições apresentam a sua expectativa do mundo objetivo e real sobre como elas vêm a sociedade e como pretendem interagir. Na dimensão institucional, elas são mantidas por mecanismo de funcionamento previamente regulamentados. Transaccionalmente, as instituições funcionam e têm uma estrutura hierárquica e público-alvo, nesse sentido, elas precisam prestar informações da sua *performance* e gerir a sua imagem para garantir e manter a sua legitimidade do ponto de vista de cadeia de comando e social. Na dimensão organizacional, elas utilizam diferentes técnicas e tecnologias para divulgar seus resultados e *performance*, bem como garantir que tais resultados sejam passíveis de verificação e exame por parte de organismos controladores de auditoria ou de fiscalização. Enquanto ambiente de tarefas, *accountability* nas IES pode ser aplicado para gestão de expectativas quer da própria organização, órgãos superiores e a sociedade em geral.

E, finalmente, da dimensão psicossocial ela estará preocupada com a sua identidade, ou seja, sobre que tipo de organização que ela pretende que a sociedade tenha com relação a sua existência e funcionamento (Dubnick & Justice, 2004). Com esta exposição pode-se vislumbrar a aplicação do conceito de *accountability* no funcionamento da IES.

Analisando o conceito na perspectiva do Setor Público, *accountability* termo permanece, ambíguo, complexo, elusivo, fragmentado e heterogêneo (Greiling & Spraul, 2010). Uma questão que se pode levantar, o que é “Público” no contexto de *accountability*? Bovens (2006), a este respeito, esclarece que em primeiro lugar, o “Público” deve ser entendido como abertura, pois as organizações não devem agir discretamente, por detrás de portas fechadas, mas sim, pelo princípio de abertura e da transparência, onde a informação divulgada é amplamente acessível e o debate é aberto para o público em geral. Em segundo lugar, “Público” refere-se a objeto de prestação de contas. Nesse contexto, *accountability* no setor público, nos remete principalmente a questões de domínio público, como despesas com fundos públicos, o exercício da autoridade pública, ou a conduta dos servidores e das instituições públicas. Esta perspectiva não se limita a IES públicas, mas também para as privadas ou todas outras que se dedicam ao público ou recebem fundos públicos.

A importância da divulgação de informações e promoção da *accountability* nas IES poder ser enquadrada na lógica da teoria principal-agente ou simplesmente teoria da agência (Greiling & Spraul, 2010; Jensen & Meckling, 1976) segundo a qual, uma ou mais pessoas (o principal) delegam a outra (o agente) para realizar serviços em seu nome, o que pressupõe uma autoridade delegada para o agente a favor do principal. Assim, ao analisar esta teoria no contexto das IES, pode-se perceber que instituições constituem agentes ao serviço do principal - a sociedade em geral, embora existam entidades de ensino superior privado ou fundacionais, a lógica permanece a mesma, numa perspectiva ampla, tais instituições prestam os seus serviços para a sociedade.

A teoria da agência assume que o acesso às informações pelo principal (sociedade) é limitado e, como tal, não pode monitorar as ações do agente (IES) sem custos (Greiling & Spraul, 2010). Esta situação levanta o problema de assimetria de informação (Kristandl & Bontis, 2007; Verrecchia, 2001) na qual a disparidade de informações entre os dois integrantes pode causar conflitos. Em consonância com Verrecchia (2001), uma das formas para reduzir o problema da assimetria da informação, consiste no cometimento das organizações em dispor um alto nível de divulgação de informações. Nesta ordem, as IES, devem perpetrar em suas ações práticas e procedimentos de *accountability* democrático e transparente, pois elas possuem ao seu dispor as TIC's, como instrumento prático de redução da assimetria de informação.

No contexto da sociedade de informação, as IES dispõem de diversas ferramentas para consolidar a sua governança eletrônica, práticas de *accountability* e de transparência em suas atividades. Corroborando com Bertot et al., (2010) a combinação da governança eletrônica, redes sociais, tecnologia *Web*, telefones celulares, iniciativas de políticas de transparência e o desejo do cidadão para uma governança aberta e transparente, fomentam uma nova era de oportunidades para a divulgação de informações potencialmente transparentes, eficientes e efetivas, baseadas na utilização das tecnologias de informação centradas no usuário.

Uma forma de verificar se as IES estão utilizando as TIC's, em particular a *Internet* para fomentar as ações de boa governança e transparência, consiste em analisar quais as informações que os *Web sites* dessas instituições divulgam para a sociedade em geral. Essa é a questão que este artigo se focaliza, sendo, a sua amostra é limitada aos Programas de Pós-Graduação em Contabilidade Brasileiros.

#### 4 Procedimentos Metodológicos

Com o objetivo de responder à questão que orienta esta pesquisa, foi realizado um levantamento de Programas de Pós-Graduação em Contabilidade no Brasil. A pesquisa segue a abordagem qualitativa de natureza descritiva dos conteúdos de informação veiculados, em 22 *web sites* dos programas selecionados por meio dos cursos recomendados pela CAPES.

A amostra foi selecionada por meio da plataforma eletrônica da CAPES, posteriormente, acessando os cursos recomendados e na janela de dados cadastrais do programa foi selecionado o critério da situação do programa – em funcionamento – e também a nota do curso, sendo este conceito 3.

Após os procedimentos de seleção da amostra, foi possível obter 26 *Web sites* de PPGCont, cabe ressaltar que 3 programas foram eliminados por formarem convênios com outras instituições de ensino superior (IES), sendo, a UFRN, UNB e UFPB, portanto, não possuem *site* próprio para divulgação do programa, fato que culminou com a observação potencial de 23 *web sites*. No entanto, no período vigente de análise o *web site* da UEM estava indisponível, finalizando-se com a amostra de 22 *web sites*.

Na sequência, para análise dos conteúdos da *web sites* da amostra, considerou-se o documento oficial de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação da área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo (2015) da CAPES. Em função das informações constantes, no documento citado, inclui-se também as redes sociais na análise, dados que estas têm se mostrado um método eficiente de disseminação de informações. A partir das informações exigidas no documento de avaliação, foi possível adaptar a janela de quesitos apresentada na Quadro 1.

**Quadro 1** - Janela de quesitos analisados por *web sites*

N/O	Quesito	Explicação	Atributos
1	Conceito do curso	É a nota atribuída ao programa pela CAPES em função do seu desempenho, a nota varia entre 1 a 7 pontos, onde programas com nota 1 e 2, são considerados fracos, nota 3 regulares, nota 4 bom, nota 5 alto nível de desempenho, 6 e 7 excelente.	Informação sobre o conceito
2	Informações gerais	São informações gerais da instituição, em que se espera encontrar o histórico, a missão, visão, valores, objetivos.	Histórico, missão e visão, valores e objetivos
3	Corpo Docente	São informações relacionadas aos professores dos programas, seu currículo, disciplinas que leciona, etc.	Informação sobre os professores
4	Corpo Discente	Informações de estudantes do mestrado e doutorado nacionais e estrangeiros.	Mestrado, Doutorado
5	Convênios	Informações relacionadas a parcerias com instituições internacionais, instituições nacionais e políticas de internacionalização do programa.	Internacionais, outras IES e internacionalização
6	Áreas de Concentração	Informação relacionada as áreas de concentração do programa.	Informação sobre as áreas de concentração
7	Pesquisa	Informações sobre revistas, grupos de pesquisa, linhas de pesquisa e laboratórios do programa.	Revistas, grupo de pesquisa, linha de pesquisa, laboratórios
8	Normas do Programa	Informações sobre regulamentos, manuais de estudantes e regimentos internos	Disponibilidade dos documentos
9	Disciplinas	Informações sobre as disciplinas do programa, natureza, professor, ementa, bibliografia, etc.	Disponibilidades de informações das disciplinas
10	Dissertações e Teses	Dissertações e Teses dos alunos egressos de mestrado e doutorado.	Disponibilidade das Dissertações e Teses
11	Serviços e Formulários	Disponibilidade do site em solicitação de informações e existência de formulários digitais e eletrônicos para os	Disponibilidade de formulários

		diferentes serviços da instituição	
12	Calendários	Informações sobre os calendários acadêmicos, cronograma de atividades, etc.	Disponibilidade de calendários
13	Processo seletivo	Informações sobre as normas e regras do processo seletivo para alunos nacionais e estrangeiros.	Disponibilidades das normas e regras
14	Contato	Disponibilidade de informações de contato da Instituição.	Disponibilidade de contatos
15	Redes Sociais	<i>Link</i> de redes sociais da instituição.	<i>Facebook, youtube, instagram, google plus, linkedin, twitter</i>

(\*) N/O – Número e Ordem das observações/informações

Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

Em função da quadro de quesitos que representa as informações que os Programas de Pós-Graduação em Contabilidade divulgam em seus *web sites*, foi possível identificar 15 quesitos, os quais serão objeto de análise desta pesquisa. As universidades analisadas com base dos critérios dispostos foram: FIPECAFI, Fucape, FURB, UFRN, UniFECAP, UFPR, USP, UNOCHAPECÓ, UFRPE, UFPB, UFU, USP-RP, UFPE, PUC-SP, UPM, UFES, UFMG, UFRJ, UNB, UFSC, UFBA, UFRGS.

A análise foi dividida em 3(três) fases. Contou-se com o auxílio do *software* de análise de conteúdo multidimensional de textos e questionários IRAMUTEQ em sua versão 0.7 *alpha* 2. A análise de conteúdo foi aplicada para compreender a convergência e a harmonização da divulgação dos portais eletrônicos de contabilidade. Para tanto, foram configuradas duas categorias no *software*, sendo montados 2(dois) *corpus* distintos, a primeira referente a informações gerais e, a segunda envolvendo a área de concentração – nesta categoria foi incluída também a linha de pesquisa – os demais quesitos não foram analisados quantitativamente pela análise de conteúdo devido a sua irrelevância neste método, sendo a análise descritiva satisfatória para alcançar o objetivo proposto. A fase de análise compreendeu o período de março a junho de 2016.

A primeira fase relaciona-se aos 5(cinco) primeiros quesitos, sendo: conceito do curso, informações gerais, corpo docente e discente, convênios. A segunda diz respeito aos 5(cinco) sucessivos quesitos: áreas de concentração, calendários, normas do programa, disciplinas, Dissertações e Teses. A terceira e última fase inclui, os serviços e formulários, pesquisa, processo seletivo, contato e redes sociais.

## 5 Análise e Discussão de Resultados

As diferenças de apresentação das informações nos portais eletrônicos dos PPGCont das IES foram particularmente interessantes, não havendo padrão de divulgação das informações. Há um grande desafio para universalizar os elementos, uma vez que existe grande divergência de *disclosure* e da sua forma de apresentação.

A partir dos quesitos analisados, dividiu-se em 3(três) análises para melhor compreensão dos elementos divulgados nos portais, levando em conta a natureza das informações, para tanto, os itens 1 a 5, 6 a 10 e 11 a 15 (quadro 1) foram agrupados. A seguir elaborou-se 3(três) fases provenientes da segregação.

### 5.1 Análise dos atributos da Fase 1

Os atributos referentes a fase 1 consistem em dados gerais relacionadas a IES, tal elemento conforme destaca Meijer (2007), são essenciais para a prestação de contas dos serviços oferecidos pela IES. O conceito do curso e as informações gerais, garantem transparência e interatividade com o usuário, uma vez que este tem a oportunidade de analisar as características tanto institucionais quanto de desempenho do programa.

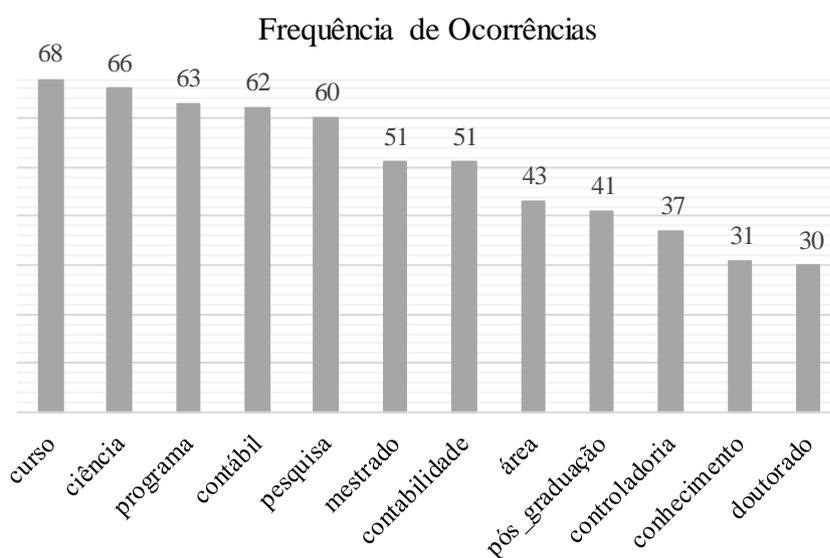


A análise de conteúdo possibilitou realizar a análise de relação entre as comunicações empregadas nos portais eletrônicos de contabilidade, para isto, foi utilizado toda a escrita voltada para as informações gerais dos programas de Pós-Graduação. Bardin (2011 p. 259) salienta que esta análise proporciona a extração de semelhanças entre os elementos contidos na mensagem, “ou mais exatamente, dedica-se a assimilar as presenças simultâneas (coocorrência ou relação de associação) de dois ou mais elementos da mesma unidade de contexto”. Empregou-se a técnica tomando a precaução de excluir os verbos de ligação do conjunto textual para não distorcer ou poluir as relações. O gráfico da categoria Informações Gerais é disposto no Gráfico 1.

Por meio do gráfico 2 que exprime a categoria Informações Gerais, é possível visualizar as semelhanças textuais encontradas na categoria, predominantemente agrupadas em 5(cinco) grandes grupos, constituindo-se de pós-graduação, contábil, controladoria, profissional e científico. As estruturas qualificadas relacionam-se entre si. Sendo estes os fatores textuais latentes servindo de quadro para as características envolvidas no quesito, concentrando a sua maior relação na temática pós-graduação, apresentam-se as palavras PPGCont, contabilidade, *stricto sensu*, etc, que estão relacionadas ao mesmo grupo. As palavras aos extremos são as menos mencionadas. Evidenciando uma pequena inalterabilidade, ou seja, as informações contidas nos portais eletrônicos são noções comumente admitidas.

Ademais, ao realizar a análise de frequência no quesito Informações Gerais, percebe-se que o foco dos programas de pós-graduação está voltado, principalmente, para aspecto do curso, em sequência a ciência, frisando também o programa, contábil e a pesquisa. Percebe-se pela ocorrência de frequência que há maior foco nos mestrados, isso porque ainda grande parte dos programas não disponibilizam programa de doutorado. A contagem de frequência com maior presença consta no gráfico 2, demonstrando o foco geral abrangido nos *web sites*.

**Gráfico 2** – Frequência de ocorrências da categoria Informações Gerais



Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

## 5.2 Análises dos atributos da Fase 2

A fase 2 incide em quesitos voltados a pesquisa e extensão. Os portais eletrônicos de maneira generalizada concernem relevância a este quesito. Normas do programa constaram-se



Revistas, grupo de pesquisa, linha de pesquisa e laboratórios são atributos do quesito Pesquisa. Ressalta-se que 64%, ou seja, das 22 IES estudadas, 14 possuem periódicos/revistas científicas, incentivando as pesquisas inéditas no campo da contabilidade, tendo por objetivo, a divulgação e acesso as pesquisas de professores, pesquisadores e alunos, respondendo as funções de periódicos científicos descritas por Sprat (1966), sendo: (1) Comunicação formal da pesquisa para a comunidade; (2) preservação do conhecimento; (3) estabelecimento da propriedade intelectual e; (4) padrão de qualidade na ciência.

Este quesito também deve evidenciar se a IES possui infraestrutura e disponibiliza recursos, como por exemplo, laboratório de pesquisa, atendendo as necessidades do programa e das pesquisas produzidas. Também, é importante que os projetos de pesquisa estejam de acordo com a área de concentração. Conforme já mencionado, 64% das IES possuem periódicos/revistas científicas, quanto ao grupo de pesquisa constam em 73% dos PPGCont, 86% são as informações dispostas a respeito das linhas de pesquisa e, o menor percentual de divulgação é referente a laboratórios, com 36%.

De maneira geral, os programas analisados apresentam informações relevantes ao quesito pesquisa para a *disclosure* democrática, porém ainda está longe de ser suficiente, pois ao detalhar-se as qualidades do programa de pós-graduação e conseqüentemente quão maior for a abrangência de todos os pontos positivos, maior será a demanda dos futuros pesquisadores para o PPGCont em prospecção. Também, quanto mais informações foram disponibilizadas aos usuários com vista na transparência e nas melhorias dos processos de *accountability*, melhor será a garantia de legitimação da sociedade sobre a imagem das IES (Bertot et al., 2010; Diniz, Barbosa, Junqueira, & Prado, 2009; Wong & Welch, 2004).

### 5.3 Análises dos atributos da Fase 3

A última fase consiste em dados administrativos. Tais itens garantem melhor funcionamento e acompanhamento dos usuários das informações atualizadas para a *disclosure* democrática, diminuindo custos, redução da redundância e aprimoramento dos serviços, para tanto, o usuário possui maior flexibilização para realizar tarefas, tais condições melhoram o acesso à informação (Sampaio, 2009).

Há unanimidade em todos os portais eletrônicos das IES, tanto dos itens do processo seletivo, quanto do contato. Tais informações são de suma importância para participação de um possível candidato. Serviços e formulários, assim como calendário, mostram-se presentes em 82% dos *sites* de PPGCont.

A crescente busca pela informação de forma acessível, tornou o uso das redes sociais um instrumento estratégico da *disclosure* democrática, sendo que pelo menos uma rede social se encontra ativa em cada portal eletrônico. No entanto, ainda, há pouca divulgação destas ferramentas nos portais eletrônicos. A rede social mais utilizada pelas IES é o *Facebook*, com 68%, seguido do *Twitter* com 59% de abrangência. As outras quatro redes sociais encontradas: *Youtube*, *Linkdin*, *Google Plus* e *Instagram*, não estando presente consideravelmente como instrumento de divulgação de informações nos *web sites* pesquisados.

A tabela 1 demonstra a colocação final do *disclosure* dos PPGCont analisados neste presente artigo. As Instituições de Ensino Superior (IES) que mais tornam conhecidas os quesitos pesquisados, são: USP, seguida da UNOCHAPECÓ, USP-RP, UFPR e FUCEPE.

Aqueles que obtiveram o mesmo percentual da *disclosure* democrática, permaneceram na mesma posição no *ranking*. É mister salientar que para a elaboração deste *ranking* de divulgação não foram consideradas a facilidade de acesso como métrica, sendo assim, o fator levado em consideração é o nível da *disclosure* democrática dos portais eletrônicos dos programas de pós-graduação em contabilidade brasileiros.

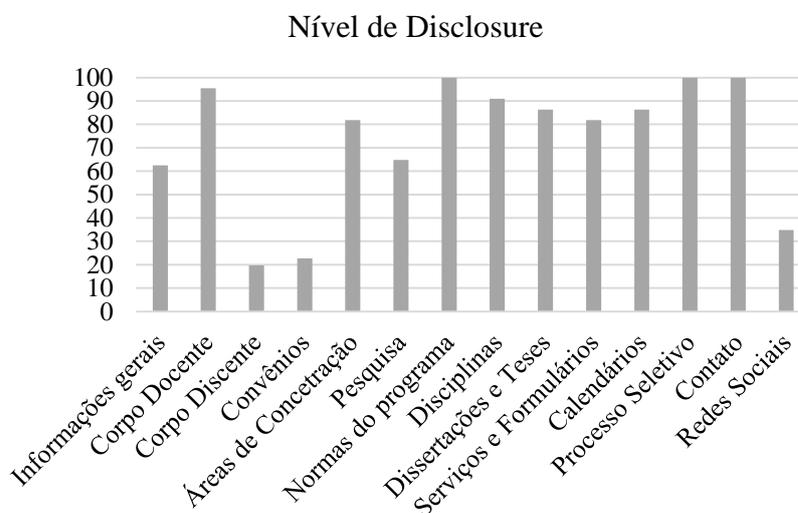
Tabela 1 - *Ranking* de Divulgação das IES

Instituição de Ensino Superior	Conceito Mestrado	Conceito Doutorado	Conceito Mestrado Profissional	Posição de <i>Ranking</i> ( <i>Disclosure</i> )
USP	6	6	-	1º
UNOCHAPECÓ	3	-	-	2º
USP-RP	4	4	-	3º
UFPR	4	4	-	4º
Fucape	4	4	5	4º
PUC-SP	3	-	-	5º
FURB	4	4	-	6º
UPM	-	-	4	6º
UFPB	4	4	-	7º
UFMG	4	-	-	7º
UFU	3	4	-	7º
UniFECAP	4	-	-	7º
UFES	3	-	-	8º
UNB	5	5	-	9º
UFRJ	5	4	-	10º
UFSC	4	4	-	10º
UFBA	3	-	-	10º
FIPECAFI	-	-	3	10º
UFPE	4	4	-	11º
UFRN	3	-	-	12º
UFRGS	3	-	-	12º
UFRPE	3	-	-	12º

Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

O gráfico 4 demonstra de forma clara o nível da *disclosure* democrática geral dos portais eletrônicos dos PPGCont, variando de 0% a 100% das informações, considerando todos os portais eletrônicos analisados nesta pesquisa.

Gráfico 4 – Nível Geral de *Disclosure* dos Web Sites



Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

Para calcular o nível geral de *disclosure* considerou-se o critério binário: quando o *web site* possui a informação é atribuído o valor 1(um) e quando não possui a informação é atribuído o valor 0 (zero). Então, considerou-se o valor que deveria ser atribuído caso todos os portais eletrônicos possuíssem a informação, ou seja, se fosse atribuído valor 1(um) a todos. Após, foi utilizado a análise empírica, calculando-se o valor total atribuído aos PPGCont, considerando os quesitos que não foram encontrados 0 (zero) e os que foram encontrados 1 (um). Por fim, aplicou-se uma regra de três simples para encontrar a porcentagem pertencente aquele quesito. Dessa forma, o objetivo proposto da pesquisa, concentra-se em investigar o nível da *disclosure* democrática dos portais eletrônicos dos programas de pós-graduação em contabilidade brasileiros e qual a natureza de suas informações.

Portanto, ainda, carece de informações tempestivas nos PPGCont, das quais inviabilizam a rápida disseminação de informações e aumentam os custos da alocação de tempo devido ao dispêndio para que o usuário consiga a informação e, sendo assim, terá que ser transmitida por outros meios – telefone, e-mail, presencialmente, etc. – para que se esclareça as devidas dúvidas. Convênios carecem grandemente de divulgação, sendo normalmente, o único meio que o interessado utilizará como fonte de informação primário. Também se salienta que a pouca divulgação diminui a transparência para *accountability*, diante do *stakeholders*.

## 6 Considerações Finais

Em função do crescente dinamismo social e cobrança dos usuários das informações, torna-se cada vez mais comprometedor para as organizações e as IES atenderem aos pressupostos do desenvolvimento. Para tanto, as tecnologias de informação e comunicação (TIC's), tem-se mostrado instrumento estratégico para transparência, interatividade, na promoção da *accountability* democrática, como também de governança e *disclosure* democrática, garantindo assim, se devidamente gerenciadas, alto grau de confiança dos destinatários da comunicação.

Por meio de investigação, buscou-se averiguar a natureza das informações veiculadas nos portais eletrônicos dos programas de pós-graduação em contabilidade (PPGCont), visto que as IES quer Públicas ou Privadas, enquanto entidades que desenvolvem as políticas de ensino, extensão e pesquisa, dispõem de recursos digitais para a *disclosure* democrática da informação e incentivo à educação e produção de conhecimento.

Tais informações são fortemente influenciadas pela consciência da importância da governança digital como instrumento de *accountability*. Os portais eletrônicos permitem a estudantes, empregadores e a sociedade em geral, acompanhar de forma transparente e *on-line*, numa perspectiva de oportunidade de monitoramento das políticas da IES, agindo em prol da busca eficaz das informações de forma rápida e transparentes.

Este estudo constatou que ainda há falhas na universalização e acesso as informações por meio da utilização das TIC's. As três fases discutidas na análise do presente artigo, foram: (1) dados gerais das instituições de ensino superior; (2) informações de ensino, extensão e pesquisa; e (3) dados administrativos, que revelaram pouca conformidade dos itens mínimos necessários para a *disclosure* democrática. O contínuo uso das TIC's provocou grande avanço e transformações, advindo do fato que, todos os PPGCont brasileiros analisados possuem um espaço de *disclosure* democrática em seus programas.

Salienta-se no presente estudo, que ainda há falta de facilidade de acesso as informações, uma vez que estas devem ser claras, coerentes e de fácil distribuição, ou seja, o portal eletrônico deve ser de claro acesso, isto não se mostrou predominante nos *web sites*, uma vez que diversas informações pareciam escondidas. Salienta-se também que seria menos oneroso aos PPGCont manter um portal eletrônico organizado ao invés do dispêndio de tempo em ligações dos usuários, que poderia ser alocado em outras atividades.

Os elementos encontrados em conformidade com todos os portais eletrônicos foram apenas: normas do programa, processo seletivo e contato. Podendo-se considerar também os elementos que alcançaram percentual acima de 80%, sendo estes: histórico, corpo docente, disciplinas, objetivo, áreas de concentração, linha de pesquisa, dissertações e teses, serviços e formulários e calendários.

Como potenciais pesquisas, a mesma pode ser replicada para demais programas de pós-graduação da grande área da administração e outras áreas do conhecimento dos programas da CAPES, afim de averiguar os quesitos da *disclosure* democrática e transparência, como instrumento para testar no nível de *accountability*. Não somente nos programas, mas o estudo pode ser estendido as informações veiculadas ao terceiro setor, setor público ou demais áreas que são essenciais para a sociedade e devem ser amplamente comunicadas e divulgada.

Ademais, esta pesquisa denota a necessidade de harmonização do conteúdo mínimo que devem ser veiculados pelos programas de Pós-Graduação. Portanto, os coordenadores das IES, com a utilização das TIC's, podem utilizar um eficaz canal para divulgar dos seus serviços e informações, consequentemente aumentando a confiança dos *stakeholders*, uma vez que pode evidenciar a transparência e velocidade de publicidade das informações.

## Referências

- Akutsu, L., & Pinho, J. A. G. De. (2002). Sociedade da informação, accountability e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 36(5), 723–745.
- Andere, M. A., & Araujo, A. M. P. (2008). Aspectos da Formação do Professor e Ensino Superior de Ciências Contábeis: Uma Análise dos Programas de Pós-Graduação. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19(48), 91–102.
- Bertot, J. C., Jaeger, P. T., & Grimes, J. M. (2010). Using ICTs to create a culture of transparency: E-government and social media as openness and anti-corruption tools for societies. *Government Information Quarterly*, 27(3), 264–271.
- Bonsón, E., Torres, L., Royo, S., & Flores, F. (2012). Local e-government 2.0: Social media and corporate transparency in municipalities. *Government Information Quarterly*, 29(2), 123–132.
- Bovens, M. (2006). Analysing and Assessing Public Accountability. A Conceptual Framework. European Governance Papers (EUROGOV). Disponível em <http://www.connex-network.org/eurogov/pdf/egp-connex-C-06-0>
- Cunha, M. A. V. C. da, Frega, J. R., & Lemos, I. S. (2011). Portais De Servicos Publicos E De Informacao Ao Cidadao No Brasil: Uma Descricao Do Perfil Do Visitante/Public Services. *Revista Eletrônica de Sistemas de Informação*, 10(1), 1–19.
- Diniz, E. H., Barbosa, A. F., Junqueira, A. R. B., & Prado, O. (2009). O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. *Revista de Administração Pública*, 43(1), 23–48.
- Dubnick, M. J. (2002). Seeking Salvation for Accountability Professor of Political Science & Public Administration Rutgers University – Newark Prepared for delivery at the 2002 Annual Meeting of the American Political.
- Dubnick, M. J., & Justice, J. B. (2004). Accounting for Accountability.doc. *Annual Meeting*

*of the American Political Science Association*, 1–33.

- Greiling, D., & Spraul, K. (2010). Accountability and the Challenges of Information Disclosure. *Public Administration Quarterly*, 34(3), 338–377.
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305–360.
- Kristandl, G., & Bontis, N. (2007). The impact of voluntary disclosure on cost of equity capital estimates in a temporal setting. *Journal of Intellectual Capital*, 8(4), 577–594.
- Lima-Filho, R. N., Simões, P. E. M., Silva, Mateus S. da, & Chagas, S. B. (2011). Accountability e governo eletrônico: uma análise sobre a participação popular. *Pensamento Contemporâneo Em Administração*, 5(2), 17–32.
- Louis, F., & Ohemeng, K. (2014). Overcoming the Digital Divide in Developing Countries: An Examination of Ghana's Strategies to Promote Universal Access to Information Communication Technologies (ICTs). *Journal of Developing Societies*, 30(3), 297–322.
- Luyt, B. (2006). Defining the digital divide: the role of e-readiness indicators. In *Aslib Proceedings* (Vol. 58, pp. 276–291).
- Mano, M., & Marques, M. da C. da C. (2012). Novos modelos de governo na universidade pública em Portugal e competitividade. *Revista de Administração Pública*, 46(3), 721–736.
- Medeiros, P. H. R., & Guimarães, T. D. A. (2004). A Relação Entre Governo Eletrônico e Governança Eletrônica no Governo Federal Brasileiro. *EnAPG*, III, 16.
- Meijer, A. J. (2007). Publishing public performance results on the Internet. Do stakeholders use the Internet to hold Dutch public service organizations to account? *Government Information Quarterly*, 24(1), 165–185.
- Pinho, J. A. G. De. (2008). Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. *Revista de Administração Pública*, 42(3), 471–493.
- Pinho, J. A. G. De, & Sacramento, A. R. S. (2009). Accountability: já podemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública*, 43(6), 1343–1368.
- Raupp, F. M., & Pinho, J. A. G. de. (2013). Accountability em câmaras municipais: uma investigação em portais eletrônicos. *Revista de Administração*, 48(4), 770–782.
- Roberts, J., & Scapens, R. (1985). Accounting Systems and Accountability- Understanding Accounting Practices in Their Organisational Contexts. *Accounting, Organizations & Society*, 10, No. 4, 443–456.
- Romzek, B. S., & Dubnick, M. J. (1987). Accountability-in-the-Public-Sector.Pdf. *Public Administration Review*.
- Ruediger, M. A. (2002). Governo Eletrônico ou Governança Eletrônica – Conceitos Alternativos no Uso das Tecnologias de Informação para o Provimento de Acesso Cívico aos Mecanismos de Governo e da Reforma do Estado. In *XVI Concurso de Ensayos y Monografías del CLAD sobre Reforma del Estado y Modernización de la Administración Pública “Gobierno Electrónico”* (pp. 1–34). Disponível em [www.cnti.gob.ve/cnti\\_docmgr/sharedfiles/gobiernoelectronico7.pdf](http://www.cnti.gob.ve/cnti_docmgr/sharedfiles/gobiernoelectronico7.pdf)

- Ruediger, M. A. (2003). Governança democrática na era da informação. *Revista de Administração Pública*, 37(6), 1257–1280.
- Sampaio, R. (2009). Governança eletrônica no Brasil: limites e possibilidades introduzidos pelo Orçamento Participativo na Internet. *Planejamento E Políticas Públicas - PPP*, 33(jul/dez), 124–143.
- Slomski, V. G. (2007). Saberes e competências do Professor Universitário: Contribuições para o estudo da prática pedagógica do Professor de Ciências Contábeis do Brasil. *Revista Contabilidade E Organizações*, 1(1), 87–103.
- Soares, S. V., Richartz, F., & Murcia, F. D.-R. (2015). Ranking da Pós-Graduação em Contabilidade no Brasil: Análise dos Programas de Mestrado com Base na Produção Científica em Periódicos Acadêmicos No Triênio 2007-2009. In *ANPCONT* (Vol. 1, pp. 1–15).
- Unerman, J., & Bennett, M. (2004). Increased stakeholder dialogue and the internet: Towards greater corporate accountability or reinforcing capitalist hegemony? *Accounting, Organizations and Society*, 29(7), 685–707.
- Verrecchia, R. E. (2001). Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 32(1-3), 97–180.
- Wong, W., & Welch, E. (2004). Does E-Government Promote Accountability? A Comparative Analysis of Website Openness and Government Accountability. *Governance*, 17(2), 275–297.